



A ARTE DE FALAR ROMANA NO PRINCIPADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÓTICA DE TÁCITO

Deivid Valério Gaia¹

Renata L. Biazotto Venturini²

RESUMO: O presente artigo tem como preocupação apresentar algumas considerações sobre a importância da oratória na formação política do cidadão romano, durante o Principado, especificamente no século I d.C. O estudo proposto partirá da leitura de uma bibliografia diversificada e da análise da obra do historiador Cornélio Tácito, intitulada *Diálogo dos oradores*, escrita provavelmente entre os anos de 79 a 96 d.C., e tem como objetivo, entre outros, apresentar as causas da decadência da oratória romana. Este trabalho foi abordado a partir de uma leitura teórico-metodológica baseada nas relações entre a Literatura e a História, tendo como referência o conceito de autor, público e obra. Desta maneira podemos perceber, a partir da obra literária de Tácito, a intrínseca relação entre política, cidadania, educação e o emprego da oratória para o exercício da vida pública, no contexto político romano do século I d.C.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições políticas romanas; oratória; Tácito.

THE ROMAN ART OF SPEAKING: SOME CONSIDERATIONS ABOUT TACITUS' VIEW

ABSTRACT: This paper aims at presenting some considerations on the oratory's importance in the political formation of the Roman citizen, during the empire, specifically in the 1st Century AD. The proposed study starts from the reading of a diversified bibliography and the analysis of the work by Roman historian Cornelius Tacitus, named *The Dialog of Orators*, probably written between the years 79 and 96 AD, and has as objective, among others, to present the causes for the Roman oratory decadence. This work was approached from a methodological-theoretical reading based on the relationship between Literature and History, having as reference the concepts of author, audience and work. Thus, we could perceive from Tacitus literary work the intrinsic relation between politics, citizenship, education and the use of oratory in the exercise of public life within the Roman political context in the 1st Century AD.

KEYWORDS: Roman political institutions; Oratory; Tacitus.

¹ Acadêmico de História (DHI), PIBIC/CNPQ/UEM - Universidade Estadual de Maringá, dvgaia@hotmail.com.

² Professora Doutora (DHI), Universidade Estadual de Maringá, relobia@uol.com.br.



1. INTRODUÇÃO

No que diz respeito a Roma, ao falarmos de vida pública, primeiramente temos que nos lembrar de formação, preparação e estudo, pois a vida de um homem público sempre esteve intrinsecamente ligada ao estudo da oratória; não se dissociava o político do orador. O cidadão, para possuir *status* e ter a possibilidade de ser um magistrado ou até mesmo um senador, certamente tinha que manipular com destreza todo o arsenal da linguagem e da boa representação. Com este intuito, os pais, logo cedo, encaminhavam os seus filhos para terem a formação de um *civis romanus* e poderem assim atuar como homem público.

Nesta perspectiva, observa-se que o ensino da oratória sempre foi algo muito apreciado em toda Roma. A República representou o período do apogeu da oratória romana. Os oradores eram então admirados e respeitados pelo seu poder de persuasão, eram estes homens eloqüentes que regiam a vida pública e administravam a *Urbs*. Porém, ao chegarmos no período imperial, nos deparamos com algumas críticas com relação à educação romana, ao sistema político, e, principalmente à decadência da oratória. Neste contexto, entre outros escritores e críticos de seu tempo, temos Tácito, que efetuou um estudo a respeito do declínio da oratória romana, entre os anos de 79 a 96 a.C.

A obra intitulada *Diálogo dos oradores* é a fonte da nossa pesquisa. Ela se estrutura a partir de uma conversa simulada entre grandes oradores do Principado sobre a problemática da decadência da oratória romana, expondo três respostas para este problema: o mau sistema educacional de Roma no Principado, a prática vazia das declamações e, sobretudo, a mudança no sistema político romano, com o fim da República e início do Império. Sobre o período imperial sabe-se que foi marcado pela centralização do poder nas mãos de um *princeps*, ou seja, o primeiro cidadão, que, ao possuir o *imperium*, reduzia o espaço de atuação dos oradores no Fórum romano, junto ao Senado. A educação também viveu um processo de decadência no ensino, pois as escolas de retórica, devido a toda a situação política do Império, estavam acostumadas a uma atmosfera irreal, com a prática de declamações vazias.

Ao levantar críticas à situação das instituições políticas romanas e ao lamentar a decadência da oratória, Tácito nos permite observar a real importância dessa arte para a sociedade da época e para a formação do homem público. Desta forma ele nos possibilita também conhecer um pouco sobre o funcionamento das instituições políticas e educacionais romanas, destacando a intrínseca relação entre política, cidadania, educação e o emprego da oratória para o exercício da vida pública.

Com relação ao respaldo teórico-metodológico, cabe ressaltar que, quando o historiador se propõe estudar um tema voltado para as fontes literárias, ele se depara com inúmeras discussões a respeito do método que será utilizado para a leitura de sua fonte. Até este momento da nossa pesquisa nos orientamos pela leitura teórico-metodológica proposta por Antônio Cândido, em sua obra intitulada *Literatura e Sociedade*, mostrando que todo intérprete deve levar em consideração três elementos que se inter-relacionam, ou seja, autor, público e obra.

Na medida em que a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três que formam uma tríade indissolúvel. O público da sentença a obra e sem ele o autor não se realiza, pois é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criadora. (CÂNDIDO, 1985, p. 38).

Esta abordagem nos permite conhecer o vínculo que o autor estabelece com o meio social que envolve a sua produção. Esta análise é necessária, porque estamos lendo a História por meio de um documento literário. Com relação à leitura do documento literário, Venturini (2000, p. 49-50), adverte que:

Antes de extrairmos um significado substancial dos documentos literários é preciso especificar as características que envolvem sua constituição. Compreender a natureza de uma obra é o primeiro passo na ótica das pesquisas históricas. (...) Não podemos esquecer que toda produção literária é tributária do mundo onde foi concebida e conhecida. Instituição viva e flexível, o material literário representa fonte excepcional para promover o cruzamento entre História e Literatura. Ele nos permite entrever a produção literária como um processo, simultâneo ao processo histórico. (...) Neste sentido, a relação entre textos e contextos é uma relação de intertextualidade, ou seja, o texto e o contexto deveriam ser analisados por meio de um processo literário que visasse o diálogo entre ele e não a busca de relações causais de reflexão entre ambos.

A partir destas discussões preliminares buscaremos compreender a obra literária escrita por Tácito, pois, como este era um homem atuante na vida política romana, seus escritos traduzem os conflitos sociais e ideológicos do seu tempo, como por exemplo, a decadência da oratória romana.

2. DESENVOLVIMENTO

Sobre a educação e carreira pública de Tácito possuímos poucas informações. Ignoram-se o seu *praenomen*, a sua pátria, as datas de nascimento e de morte; e continua-se ainda a discutir acerca da autenticidade da obra *Diálogo dos oradores*. Tácito pertence ao número de escritores antigos que menos se deleitaram em narrar as peripécias de sua vida particular. As poucas informações que temos de sua vida são encontradas em suas próprias obras, nas cartas de Plínio, o Jovem, bem como em uma inscrição da cidade de Mylasa, no Sudoeste da Ásia. Tal inscrição foi descoberta em 1890, atestando que Tácito aí exerceu o proconsulado entre os anos de 112 e 113 d.C.

Crê-se que seu *praenomen* era *Publius*, pois assim aparece no chamado Mediceu I, o único manuscrito que nos conservou, com lacunas, os primeiros seis livros dos *Annales*; Sidônio Apolinar chama-lhe duas vezes *Gaius*, e este *praenomen* é referido por dois códices das obras menores (PARATORE, 1987, p. 721).

Quanto à pátria, também paira uma grande incerteza. Plínio, o Jovem, em uma de suas cartas, faz-nos saber que Tácito, durante

um espetáculo do circo, foi abordado por um vizinho, que não sabia quem ele era e que, baseando-se na sua pronúncia, declarou-o abertamente um não-romano, perguntando-lhe se era itálico ou de outra província. Nesta mesma perspectiva, o tio de Plínio, o Jovem, demonstra conhecimento de um *eques* romano de nome Cornélio Tácito, procurador da Gália Bélgica, provavelmente parente do historiador; por conseguinte, considerou-se Tácito originário desta região. A *História Augusta*, que apresenta, com uma grande lacuna, as biografias dos imperadores desde Adriano até Carino, na biografia do imperador Tácito, atribuída a Flávio Vopisco, diz-nos que este imperador, baseando-se na homonímia, reivindicava para si o parentesco com o historiador; e como o imperador era de Terni, quem deu crédito à reivindicação afirmou que o historiador também era de Terni (PARATORE, 1987, p. 721; REQUEJO, 1999, p. 11-12).

Plínio, o Jovem, em uma de suas epístolas, apresenta-nos certo orgulho de ter sido discípulo de Tácito, acrescentando também que era um pouco mais novo do que ele. A partir daí podemos supor que, entre os dois, intermediaram sete ou oito anos e, como Plínio nasceu em 61 ou 62 d.C., pensa-se que Tácito teria nascido em 54 ou 55 d.C. Tácito viveu durante o governo de vários imperadores, entre eles: Nero, Galba, Oto, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano, Nerva, Trajano e Adriano (SILVEIRA, 1964, p. XII).

Tácito tornou-se advogado e buscou, como todos os jovens de talento da sua época, percorrer brilhantemente o *cursus honorum*. Sua carreira pública foi facilitada ao encontrar um personagem ilustre e influente, Ceneo Júlio Agrícola, que em 78, depois de ter exercido o consulado, deu-lhe a filha por esposa. Baseando-se numa expressão vaga do próêmio das *Histórias*, deduz-se que, em 79, antes da morte de Vespasiano, Tácito, fortalecido com a influência do sogro, exerceu a *questura* no principado de Tito, e depois obteve a *pretura* no principado de Domiciano, no ano de 88 (PARATORE, 1987, p. 725-726). De acordo com Silveira (1964, p. VI), nesse mesmo ano, Tácito, como membro de um colégio muito importante de religiosos, presidiu os jogos seculares. Em 89, partiu de Roma para exercer a função de *propretor* ou delegado na Germânia. Seu sogro faleceu no ano de 93, no início do último período mais autoritário do reinado de Domiciano. Foi no ano de 97 ou em 98 que Tácito concluiu o *cursus honorum*, tendo sido nomeado *consul suffectus*, por motivo da morte de Virgílio Rufo. Em homenagem ao seu predecessor, Tácito pronunciou um eloquente discurso fúnebre no momento de assumir o cargo (PARATORE, 1987, p. 725 – 726; REQUEJO, 1999, p. 12 – 13).

Foi durante todo o principado de Trajano que Tácito se dedicou a escrever a sua história monumental das vicissitudes do Império, primeiramente desde Galba até Domiciano (*Historiae*), e depois, desde Tibério até Nerva (*Annales*). A data de sua morte não se sabe, mas supõe-se que tenha falecido durante os primeiros anos do principado de Adriano (PARATORE, 1987, p. 728-729).

Segundo Silveira (1964), Tácito figura na bibliografia romana com a qualificação de “favorito dos césares”. Ele obteve as mais altas dignidades públicas e intelectuais a que um cidadão do seu tempo poderia aspirar. Sua vida sempre foi iluminada por acontecimentos aristocráticos, de ampla significação política e social. Foi um homem admirado e querido pelas mulheres de sua época,

como foi também admirado pela juventude, que ansiava por adquirir ou imitar a magia da sua eloquência e a técnica superior da sua oratória. Moralmente, foi um homem moderado, de costumes predominantemente austeros, preferindo o equilíbrio da virtude média e sensata aos exageros do fanatismo ou aos trasbordamentos do entusiasmo (SILVEIRA, 1964, p. VII).

A produção literária de Tácito de caráter não oratório iniciou-se em 98. Nesse ano foi publicado *Agrícola e Germânia*. *Agrícola* foi escrita com o intuito de homenagear seu sogro Júlio Agrícola. Tal obra se insere no gênero *laudationes funebres*. De tom encomiástico, é uma biografia da vida de Agrícola, sendo esta uma das poucas biografias do mundo antigo. A *Germânia* é outra pequena obra cujo objetivo não está bem esclarecido. De acordo com Paratore (1987), alguns supuseram que Tácito queria oferecer um *specimen* do material recolhido, para as *Histories*. Acredita-se que Tácito queria pôr em relevo, para a desonra dos romanos degenerados do seu tempo, a simplicidade corajosa dos germanos. O argumento mais aceito é que ele quis chamar a atenção dos romanos para o perigo que representavam para eles estas populações tão válidas, frugais e aguerridas, sem, contudo dividir, naturalmente, os seus costumes e idéias. *Germânia* é única no seu gênero, pois nunca sucedera em Roma o fato de um escritor dedicar uma obra à parte aos usos e costumes de uma população bárbara (PARATORE, 1987, p. 727-728).

Aos olhos de J. Wight Duff (1952, p.11), Tácito:

Tácito seguirá siendo en cierto sentido un maestro, aunque sólo sea porque es imposible dejar de aprender en él. Pero no es maestro principalmente; antes bien hay pasado a contarse entre los inmortales como hombre que estudió a los hombres y como artista del estilo.

Sobre o período delimitado nesta pesquisa, Géza Alföldy (1989) ressalta que os dois primeiros séculos do Império, desde Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) até aproximadamente ao reinado de Antonino Pio (138-161), constituíram a época mais florescente da história política romana. Nesse período o *Imperium Romanum* atingiu sua máxima extensão geográfica e viveu uma fase de relativa paz, tanto interna quanto externamente. Este período experimentou a implantação da monarquia imperial, a integração dos habitantes das províncias no Estado e na ordem social romana, o que trouxe a ampliação da aristocracia imperial. Foi a partir de meados do século II d.C. que começou a se manifestar um clima de crise (ALFÖLDY, 1989, p. 110-111).

Roma, tanto no tempo da República como no primeiro século do Império, integrava uma entidade política, moral e cultural, representada pelo Senado, *Senatus populusque romanus* (S.P.Q. R), ou seja, Senado e o povo romano. Com relação ao poder imperial na época de Tácito, que restringiu o espaço de atuação dos oradores, podemos destacar que a pessoa do imperador e a casa imperial situavam-se no topo da hierarquia social. O *princeps* dispunha de um poder ilimitado, não havia no Estado romano outro poder que pudesse ser exercido como alternativa ao do imperador. Ele detinha a *tribunicia potestas*, podia tomar a iniciativa legislativa sempre

que o quisesse. Na qualidade de detentor do *imperium proconsulare maius*, governava as chamadas províncias senatoriais em conjunto com os magistrados nomeados pelo Senado, embora governasse as províncias imperiais sozinho, através dos seus legados, e exercia o comando supremo do exército romano. O imperador determinava a composição do Senado por meio do álbum senatorial. Todos os cargos superiores da burocracia ou do exército só podiam ser preenchidos com sua aprovação expressa ou tácita (ALFÖLDY, 1989, p.116).

Venturini (2000), ao discutir o poder imperial, revela-nos que este, em todos os níveis, apoiava-se na *auctoritas*. A *auctoritas principis* ilustrava o prestígio, a supremacia moral traduzida na *virtus*, na *iustitia*, na *clementia*, na *fides* e na *pietas*. A *auctoritas* do *princeps* resumia o valor da justiça associada à clemência daquele que controlava a lei, e a confiança que ele inspirava como chefe político e religioso. De acordo com a *auctoritas*, ele era o patrono da Itália e exercia a tutela sobre uma imensa quantidade de indivíduos, pois o império Romano oferecia o equilíbrio ao mundo através de um universalismo que dependia de um só homem. Ele era o *pater patriae*, era o representante de um Estado ideal que incorporava a unidade do mundo romano (VENTURINI, 2000, p.17).

Com relação aos laços de relacionamentos do imperador, Alföldy (1989), ressalta que os laços entre o imperador e os diferentes grupos reportavam-se parcialmente a modelos republicanos, embora o seu conteúdo fosse naturalmente modificado pelas novas condições da monarquia imperial. O *princeps* considerava igualmente os principais senadores e cavaleiros como seus *amici*, com os quais cultivava relações sociais, e quando necessário, convocava-os para o *consilium principis*. Os *amici Caesaris* distinguiam-se dos homens vulgares pela dignidade que essa amizade lhes conferia. O imperador também era visto como defensor da *plebis*, atitude que se manifestava através das doações de cereais e dinheiro à plebe da cidade de Roma e na organização de jogos públicos - a famosa política de pão e circo (ALFÖLDY, 1989, p. 117-118).

Durante o Principado, a atividade pública do Senado adquiriu um caráter completamente novo, pois os serviços prestados ao Estado foram-se transformando em serviços prestados à pessoa do imperador. As relações entre o imperador e o Senado eram estreitas, e não perdiam sua importância mesmo em momentos de conflitos políticos que ocasionalmente eclodiam, principalmente nos reinados de Tibério, Calígula, Cláudio, Nero e Domiciano. Tais conflitos eram provocados pelo fato de os imperadores desrespeitarem determinadas regras do jogo na relação entre a monarquia e a aristocracia senatorial (ALFÖLDY, 1989, p. 118).

De acordo com Grimal (1999, p. 81), o período conhecido como Alto Império ou Principado Romano iniciou-se com o governo de Otávio Augusto, o primeiro imperador de Roma, que exerceu seu poder durante quarenta e um anos, transformou profundamente a velha República nas suas estruturas políticas e sociais, tornou a administração do Império mais eficaz e mais justa, prosseguiu a extensão, assegurou a unidade moral e cultural dos povos e nações associados a Roma.

Após a morte de Augusto, o *imperium* passou para as mãos de

Tibério, que teve um período de administração muito conturbado e foi inimigo declarado do Senado. Quando morreu, Tibério tinha dois herdeiros, Gaio e Gemelo, ambos pertencentes à *gens Julia*. Porém, o Senado e o exército oficialmente proclamaram Gaio como *imperator*, atribuindo-lhe o poder tribunicio. Com Gaio, que mais tarde foi chamado de Calígula, o Império experimentou um período de terror. Grimal (1999) assegura que o poder caiu nas mãos de um demente, pelas crueldades e excentricidades, pelo desejo evidente de ser divinizado em vida e pelas variações bruscas do humor. Criava constantemente novos impostos, que mandava cobrar com grande brutalidade. No entanto, uma rebelião conseguiu pôr fim a esta demência, proclamando Cláudio como o novo *imperator* de Roma. Cláudio recebeu, ao mesmo tempo, o *imperium* militar e o poder civil. O principado de Cláudio, que durou treze anos, marcou uma etapa importante do Principado, pois ele concedeu largamente o direito de cidades romanas às províncias do Ocidente. No seu tempo, Roma não mais parecia uma cidade conquistadora, mas uma metrópole, a pátria espiritual de uma comunidade sem fronteiras (GRIMAL, 1999, p. 81- 90).

Na mesma época em que Tácito viveu, o cenário romano se apresentou muito confuso. Agripina, sobrinha e segunda esposa do Imperador Cláudio, assassinou este, e, no lugar de Britânico, o herdeiro legítimo de Cláudio, filho de seu primeiro casamento com Mesalina, subiu ao poder Domicio Nero, filho de Agripina com Domício Aenobardo. Foi proclamado imperador pelos *pretorianos* e com ajuda de Sêneca e Burro. Nero, durante seu reinado, matou a mãe, repudiou sua esposa e casou-se com Popea Sabina. Não conseguiu realizar uma boa administração, pois, arrastado pelas paixões da adolescência, colocou o poder a serviço de seus caprichos. Com isso reuniu contra si uma grande parte dos senadores e dos pretorianos, que, juntamente com o povo, promoveram uma conspiração. Com a morte de Nero, observa-se o fim da dinastia Júlio-Cláudia (REQUEJO, 1999, p. 8).

Após a morte de Nero, Roma experimentou, no período de um ano, a presença de quatro imperadores. As legiões hispânicas proclamaram como Imperador Sulpício Galba; porém, Galba foi derubado por Otão, apoiado pelos *pretorianos*. As legiões do Reno proclamaram Imperador a Vitélio, que derrotou Otão, em Bedriaco. Mostrando-se Vitélio incapaz de governar o Império, as legiões do Oriente apoiaram seu general, Tito Flávio Vespasiano, que tomou o poder em 69 d.C., iniciando a dinastia dos Flávios (REQUEJO, 1999, p. 9).

Embora Vespasiano não contasse com antepassados ilustres, foi proclamado *imperator*, pois se aspirava colocar à frente do Estado um bom imperador, isto é, um homem experimentado, de idade madura. Ele realizou em Roma uma boa administração, e legitimou o princípio da hereditariedade. Quando Vespasiano morreu, em 79 d.C., Tito foi proclamado imperador. Com a morte de Tito, em 81, os pretorianos aclamaram Domiciano como imperador; os senadores conferiram-lhe o *imperium*, e os soldados, o poder tribunicio. Seu reinado prolongou-se até setembro de 96. Enquanto seu pai e seu irmão depois da morte receberam a apoteose, o Senado, dizimado pela sua crueldade, não lhe conferiu homenagens (GRIMAL, 1999, p. 92-94).

Jose Guillen (1995, p. 151), ao fazer uma breve observação sobre o Principado de Domiciano, ressalta que:

Domiciano (...) tiende a un régimen de centralización administrativa y de monarquía absoluta, sin romper del todo con el senado, al que apenas considera. Su poder lo buscará en el ejército. (...) Trabaja asiduamente por la romanización del mundo mediterráneo; confiere generosamente la ciudadanía y muchos provinciales entran por el cursus honorum, y son nombrados miembros del senado. Com todo, Domiciano muere víctima de su absolutismo.

Após a morte de Domiciano, o senado suprimiu o caráter hereditário e patrocinou a nomeação de um de seus membros mais importantes, Nerva. Este foi um bom governante, porém quando foi eleito, era de idade muito avançada, e morreu dentro de dois anos. Não obstante, antes de morrer, Nerva adotou Trajano como filho, e este, general no Baixo Reno, foi nomeado *princeps* de Roma. Trajano teve uma brilhante gestão administrativa, e morreu em 117, com sessenta e quatro anos. Seu sucessor foi seu sobrinho, Adriano, adotado em testamento, também originário da Hispânia. Adriano protegeu o ensino e a economia e assegurou as fronteiras. Morreu por volta de 138, mas antes havia adotado e escolhido como sucessor Antonino Pio (REQUEJO, 1999, p. 10).

Desde os primeiros tempos de Roma, os romanos se voltaram para a política, a magistratura e o direito, empenhando-se em encontrar as melhores formas para expressar-se em público, conquistando seus ouvintes e persuadindo-os. Desenvolveram técnicas de oratória que fizeram da eloquência uma arte. Embora seu caráter pragmático e utilitário se mantivesse sempre, a oratória pôde ser considerada como um dos gêneros literários em prosa no momento em que a preocupação com a beleza formal do que se dizia transformou o discurso em algo mais do que simples conjunto de palavras destinadas a impressionar (CARDOSO, 1989, p. 140).

A arte de utilizar a palavra em público com correção e beleza, servindo-se dela para agradar e persuadir, teve em Roma um uso prolongado e de grande importância para a vida pública. Em culturas como a clássica, eminentemente orais, a oratória impregna grande parte da vida pública e seu valor era reconhecido nos tribunais (discursos judiciais), no fórum (discursos políticos) e em algumas manifestações religiosas (discursos fúnebres). O povo romano, por sua vez, afeiçoado ao discurso, sabia valorizar e aplaudir os oradores brilhantes (PÉREZ ROYO; MORELLI).

Para Françoise Desbordes (1995, p. 64), se os latinos não tiveram filosofia, em contrapartida tiveram uma retórica bem viva e tão próspera que, a seus olhos, tende a identificar-se como o conjunto da cultura. Certamente mais do que a filosofia, a retórica imprimiu sua marca à literatura latina do Principado, e foi neste contexto que conhecemos o historiador Cornélio Tácito, que desde a sua infância foi destinado à vida política e ao culto da oratória, desenvolvendo uma intensa atividade tribunicia.

De acordo com Silveira (1964, p. XIV), no tempo de Tácito, nenhum orador escrevia discursos para lê-los em público. O orador ia para a tribuna pronto para aceitar os imprevistos da polêmica,

e improvisava as alocações. Os discursos que chegaram até nós foram escritos, pelos próprios oradores ou por seus discípulos, muito tempo depois de serem proferidos.

Tácito, ao escrever, tinha por hábito fazer com que seus personagens, fictícios ou reais, pronunciassem discursos excelentes, sempre de sua própria autoria. Por esse motivo se infere que ele deveria ser um argumentador magnífico, expositor de análises profundas, capazes de conquistar qualquer público, e, mais particularmente, o público romano, que apreciava uma boa declamação e se embevecia com a magia das palavras (SILVEIRA, 1964, p. XIV). Como observa Silveira (1964, p. XV), Tácito, por seus êxitos oratórios, por sua cultura ampla, por seus escritos de linguagem bela e por seus atos de galantaria social, ou palaciana, colocou-se em primeira linha quanto ao prestígio perante a juventude e perante as mulheres; também devido a sua eloquência, nunca esteve desligado do serviço público.

Cícero já dissera, no fim da República, que o político tinha que ser orador, e que o orador, antes de se aproximar do Fórum, já devia conhecer tudo o que integrasse o repertório de sabedoria de sua época, a fim de que nenhum problema, nenhuma ciência, nenhuma pesquisa lhe parecessem estranhos. A eloquência é digna de ser admirada graças à erudição ampla, ao saber universal que ela exige (SILVEIRA, 1964, p. XII).

Embora a oratória fosse tão importante, não conseguiu sobreviver com o mesmo vigor da República durante o Império. Com Cícero ela viveu seu período de apogeu; porém após a sua morte foi entrando num lento processo de decadência. Sobre esta discussão, Cardoso (1989, p. 147), nos mostra que:

A morte de Cícero, em 43 a.C., ocorre num momento em que toda a vida romana, passa por profundas modificações. O corpo senatorial perde sua força e o poder começa a concentrar-se, de forma sensível, nas mãos daquele que, um pouco mais tarde, vai ser o *princeps*, o imperador. A eloquência, que, alguns anos antes, havia feito desabrochar a prosa literária, manifestando-se sob diversas modalidades, começa a perder sua razão de ser no momento em que o imperador assume, entre outras funções, a de julgar.

Cardoso (1989) também evidencia que as escolas de retórica, durante a época de Tácito, mudaram suas diretrizes. Ao invés de prepararem oradores para o exercício do direito e da política, preparavam pessoas para exercícios verbais destituídos de qualquer outra função que não fosse a de simplesmente exhibir o manejo da língua em suas múltiplas possibilidades de expressão. Nestes trabalhos podemos observar o gosto pela declamação, o rebuscamento de estilo e o abuso de figuras e elementos ornamentais. O aspecto formal, requintado, procura encobrir o esvaziamento de conteúdo. A grande eloquência jurídica e política da época de Cícero reduziu-se a discursos inexpressivos – perdidos em sua grande maioria – e a peças solenes e encomiásticas, os *panegíricos* (CARDOSO, 1989, p. 147-148).

Jérôme Carcopino (1990), ao reservar parte do seu trabalho ao estudo da oratória, mostra-nos que a arte de falar, em Roma, duran-

te o Império, estava envolvida por uma atmosfera irreal. Ao fazer uma leitura de Tácito, evidencia que a eloquência não sobreviveu, em Roma, à dissolução das assembleias, e entre os gregos, ao surgimento do despotismo nos Estados dos diáocos. Sobre a oratória romana no Império escreve Carcopino (1990, p. 141-143):

... os ensaios perderam o título de causae que ainda levavam na época de Cícero (...). Quer se tratasse de suasoriae (...), quer de controversiae (...), nunca passaram de declamações, declamationes, com a nuance pejorativa que o termo adquiriu a partir de então.

O tipo de educação e as manias dos mestres, que consistiam numa aprendizagem difícil e cansativa, distanciavam ainda mais a escola da realidade concreta, "o aluno (...), por toda parte era servo de uma literatura artificial e prisioneiro de um classicismo tacanho" (CARCOPINO, 1990, p. 143). Carcopino (1990), coloca como exemplo que as escolas de retórica, em vez de se aterem às preocupações com sua realidade, discutiam um passado distante e estranho. O retórico mandava que seus alunos mergulhassem no passado, que compusessem discursos afastavam-se dos fatos da vida real. Ao invés de se modelar na essência dos processos de sua época, o retórico se esmerava em multiplicar os anacronismos e as improbabilidades, servindo-se de fatos às vezes imaginários, geralmente deformados (CARCOPINO, 1990, p. 144-145).

Reboul (1998, p. 75-76), ao discutir o declínio da oratória romana, mostra que, durante o Império, nas aulas de retórica, usavam-se como exercícios "declamações", discursos puramente fictícios, que por sua vez, eram de três tipos, a saber: os elogios, que eram discursos epidícticos, tratavam de personagens históricos ou lendários; os suasórios, que eram discursos políticos, mas fora da situação vivida; as controversias, que eram discursos favoráveis ou contrários a alguma coisa, nos quais os exemplos utilizados eram fictícios e às vezes inverossímeis.

Com relação à carreira de *retor* em Roma, sob o Império, podemos observar, por meio dos estudos do francês Henri Irénée Marrou (1975), que na hierarquia dos valores profissionais e sociais o *retor* ocupava um posto visivelmente elevado. Com relação ao salário, este ganhava em torno de 2.000 sestércios por aluno anualmente, ou seja, ganhava quatro vezes mais do que o gramático. Por mais que o salário por vezes fosse alto, aos olhos dos antigos esta não era uma situação muito vantajosa, e contava com as dificuldades comuns a todas as profissões liberais: a concorrência e os maus pagadores. A carreira atraía sempre homens humildes, alforriados ou senadores em desgraça. Não obstante, mais freqüentemente que entre os simples gramáticos, há retóricos que chegaram à fortuna, às honras, e no Baixo Império alguns ocupavam os mais altos cargos estatais e, como Eugênio, até mesmo o trono (MARROU, 1975, p. 436-437).

O retórico, como seu humilde confrade, o *magister ludi*, ensinava à sombra dos pórticos dos foros e o Estado, por sua vez, punha à sua disposição belas salas em êxedra, arranjadas como um pequeno teatro, abertas ao fundo dos pórticos (MARROU, 1975, p. 437). Aprender as regras, comunicar-se com elas e servir-se

delas - este era o objetivo da escola de oratória romana: ensinar a teoria da retórica para que o aluno pudesse aplicá-la na vida.

De acordo com Marrou (1975), Cícero queria alargar o ideal do orador, queria alicerçar a formação do orador sobre a mais ampla cultura, insistindo particularmente na necessidade de uma sólida preparação filosófica, à qual anexava, como bom romano, o conhecimento do direito e da história; mas Cícero não conseguiu persuadir seus jovens contemporâneos, tampouco as gerações seguintes. Quintiliano, que um século depois retomou a mesma doutrina, não foi bem-sucedido. Para a maior parte dos romanos do Império, o direito é uma especialidade, a filosofia uma vocação excepcional, e do mesmo modo, a história, despojada dos modelos de estilo que ela apresenta, reduz-se a um repertório de exemplos, de feitos e ditos memoráveis. Em Roma, os estudos superiores reduziam-se praticamente à retórica (MARROU, 1975, p. 437-438).

Segundo Marrou (1975, p. 438), não há uma retórica propriamente latina, pois esta arte havia sido inventada, elaborada e progressivamente aperfeiçoada pelos gregos. A escola latina jamais teve tradição pedagógica própria. Durante o Império, permaneceu em contato estreito com a retórica grega. A língua técnica de Cícero, Quintiliano e outros servia-se de muitos termos gregos, alguns escritos em latim e outros até mesmo em grego. Como a teoria, o ensino prático também reflete fielmente o exemplo vindo da Grécia, desta forma escreve Marrou (1975, p. 438-439):

Uma vez concluída a longa série dos exercícios preparatórios, o aluno era solicitado a redigir discursos fictícios, sobre um tema dado pelo mestre e segundo prescrições e conselhos deste. Aprendidos de cor, estes discursos eram pronunciados em público (pois a "ação" é parte integrante da arte oratória), não sem alguma pompa: o auditório compreende, além do mestre, os discípulos e, pelo menos às vezes, parentes e amigos do jovem orador. O termo técnico para designar este exercício é em latim *declamatio* (*declamare*). (...) Como na Grécia, distinguem-se duas espécies no gênero: a suasória, que pertence à eloquência deliberativa e inclina-se para os assuntos históricos (...) e a controversia, de ordem judiciária: um arrazoado, pró ou contra, num caso determinado e definindo, à luz de um texto de lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o primeiro campo de atuação de Tácito foi o da oratória, onde colheu durante sua vida seus maiores êxitos. Devido a este apego à oratória a maioria dos críticos tem atribuído o *Diálogo dos oradores* a Tácito. No entanto, a paternidade taciteana sobre o *Diálogo* tem sido um dos problemas mais controversos da literatura latina.

De acordo com Requejo, a data de composição da obra também tem sido um assunto muito controverso. Bardon defende que o *Diálogo* é posterior ao *Instituto de Oratória* de Quintiliano; para este, estabelece a data de publicação entre os anos de 93 e 96, e quanto ao *Diálogo*, defende que foi publicado por volta de 97. Por outro lado, muitos estudiosos acreditam que o *Diálogo* seja contem-

porâneo às obras menores. Requejo (1999), destaca que datas anteriores a 81, como defendeu Gudman, podem ser descartadas. Syme propõe uma data entre os anos 101 e 102, que coincidia com o consulado de Fábio Justo, a quem se dirige no exórdio da obra; outros autores defendem a publicação até 107. Na leitura de Requejo, o *Diálogo* foi escrito anteriormente às Histórias (por volta de 106), e posteriormente às obras menores (98). A publicação da obra se deu num período intermediário (REQUEJO, 1999, p. 160-161).

Paratore (1987, p. 722), ao discutir a temática presente na obra de Tácito, destaca que:

O Diálogo imagina-se travado nos primeiros anos dos reinado de Vespasiano, entre o orador depois poeta trágico Curiácio Materno e três oradores militantes, M. Apro, Júlio Secundo e Visptano Messala. Curiácio Materno principia por constatar a decadência da oratória e por lhe contrapor a excelência da poesia a que se converteu e se consagrou; mas a defesa da eloquência contemporânea é assumida com convicção vigorosa por M. Apro, que se destacava na oratória daquele tempo; Visptano Messala respondeu-lhe defendendo a excelência da oratória ciceroniana e as grandes tradições políticas e morais dos tempos em que a oratória tinha florescido, e pintando um quadro negro das deficiências morais da educação a que os jovens estavam destinados, na nova época. Neste ponto, verifica-se uma longa lacuna, na qual caíram o fim dos discursos de Messala, o discurso de Júlio Secundo, que talvez, embora num estilo diferente do de M. Apro, visasse atenuar o efeito das palavras de Messala, e o início do discurso conclusivo de Materno, que procurava conciliar os pontos de vista opostos, reconhecendo que a oratória contemporânea já não é a de outros tempos, mas que a causa, mais que nos maus métodos da educação, reprovados por Messala, deve ser procurada no novo regime político que, favorece a calma, tira aquela liberdade que a grande oratória tem necessidade para florescer.

Armando Plebe (1978), ao estudar a decadência da retórica latina, mostra que foi depois de Cícero que a Retórica entrou em crise. Argumenta que a queda da República sufocou a liberdade que permita o desenvolvimento da arte oratória. A oratória se exaure nas práticas vazias das declamações sem objetivo certo; e a doutrina retórica pode apenas refletir a decadência. Tácito, com o *Diálogo dos oradores*, apresenta a mais clara teorização sobre a decadência da oratória. O diálogo enfrenta três problemas fundamentais: em primeiro lugar, se para um homem de engenho é mais digna a retórica ou a poética; em segundo, se a oratória moderna está à altura da antiga, e em terceiro, quais são as causas da decadência, ao que se respondem estas três questões: o mau sistema educacional, a prática vazia das declamações oratórias e, sobretudo, a mudança na situação política de Roma e a perda da liberdade (PLEBE, 1978, p. 71).

Não obstante, como mostra Plebe (1978), há no *Diálogo dos oradores* uma doutrina de retórica positiva, que vale a pena lembrar. Primordialmente, na base da polêmica de Tácito entre a oratória e a poesia, está uma idéia que, embora não seja de todo explícita, é

muito fecunda. Ela retoma de forma nova a antiga teoria de Górgias: para Tácito, todas as formas de poesia e de oratória são *eloquentia*, que podemos traduzir para o português como "arte de dizer". Para Tácito são *eloquentia* tanto os "*heroica carmina*", os "*lyrica*", os "*elegi*" e "*iambi*", os "*epigrammata*", quanto, por fim, a oratória, assim como, para Górgias, poesia e prosa eram igualmente *lógoi*, uma metrificada (*émmetros*), outra sem metro (*ámetros*) (PLEBE, 1978, p. 71-72).

Visto que oratória e poesia são *eloquentia*, também é interessante destacar os elementos próprios de uma e de outra. Tácito apresenta três características que distinguem a oratória da poesia: a *utilitas*, que é peculiar à oratória e não à poesia; a *voluptas*, que é, por sua vez, característica da poesia; e, por fim, o caráter não social da poesia: a poesia vive em um mundo fantástico próprio, enquanto a oratória é uma atividade voltada essencialmente para a sociedade. Tácito, ao levantar esta discussão, de certa forma vai ao encontro de Quintiliano, que distingue a oratória da poética como sendo aquela uma atividade dirigida para a ação social, em contraposição a uma fantasia, dirigida à pura *blandita*, ou seja, encanto (PLEBE, 1978, p. 72).

Além desta discussão que envolve as relações da poesia e da retórica, Oliver Reboul (1998), ao fazer uma análise da obra em questão, refere, acerca das causas da decadência da oratória, que Messala a atribui "à preguiça dos jovens", tanto quanto ao desleixo de sua educação. Também diz que a arte oratória desenvolvera-se na sociedade em que era indispensável: a democrática. Na democracia, as decisões eram submetidas a debates públicos, e o futuro orador formava-se naturalmente no fórum, ouvindo as discussões e depois tomando parte delas, e assim descobria as técnicas dos diversos oradores e, principalmente, as reações do público. Messala ressalta, que na sua época (Principado) os debates não são mais correntes, os jovens aprendem eloquência na escola, ou seja, de modo artificial, sem outro público senão os amigos tão pueris quanto eles, sem outros temas de debate senão assuntos irrealis (REBOUL, 1998, p. 74-75).

A respeito das relações existentes entre oratória e democracia presentes no Diálogo, Reboul (1998, p. 75), faz a seguinte afirmação:

Em suma, um vez que a função cria o órgão, a eloquência desenvolveu-se na sociedade que precisava dela, a democracia, e não sobreviveu a esta senão de maneira artificial. Mas não devemos enxergar em Tácito um velho democrata embulhado em virtuosa nostalgia. Ele lembra que aquela democracia significava menos liberdade e mais desordem e violência, e que a paz romana, concretizada pelos imperadores, vale mil vezes mais que o regime de anarquia que a precedeu. Raciocinando por analogia, ele afirma que não se deve sentir saudade da desordem democrática só porque ela produziu grandes oradores, assim como não se sente saudade da guerra só porque ela produz heróis.

Ao ler Tácito, percebe-se que Reboul se equivoca nas suas análises. Neste trecho parece que Tácito está fazendo uma apolo-

gia ao regime imperial, mas na nossa leitura, quando fala de períodos conturbados Tácito se refere à crise da República Romana, e é correto ele preferir o momento que está vivendo às perturbações do passado. Ao se referir à República, Tácito a apresenta como um Estado ideal para o desenvolvimento da oratória, pois então existia mais liberdade para discussões, diferentemente do Império, em que em alguns momentos os oradores vivem num clima ameaçador. Tácito, em suas obras, levanta altas críticas ao regime imperial, sobretudo acerca dos principados de Domiciano e Tibério. Portanto, devem-se tomar alguns cuidados na leitura da análise que Reboul (1998), faz com relação à convivência da oratória com a democracia, para Tácito.

Cardoso (1987, p. 156-157), ao realizar seu estudo sobre Tácito, mostra que o *Diálogo dos oradores* foi dedicado a Fábio Justo e inspirado na obra *Instituto de Oratória*, de Quintiliano. O tratado é composto nos moldes dos trabalhos retóricos de Cícero. Simulando uma conversa mantida por um grupo de mestres de retórica, Tácito analisa um problema de grande atualidade em seu tempo: a decadência da oratória, conquanto não chegue a resultados conclusivos, talvez por uma questão de prudência. Tácito parece combater a educação literária de sua época, a declamação que obscurece a reflexão, a falta de cultura geral dos oradores, a má educação familiar, a transformação das instituições políticas e jurídicas.

Mazzocato (1995), ao realizar um estudo sobre o *Diálogo dos oradores*, revela os momentos ideológicos da obra, desta forma:

Il Dialogus presenta due momenti ideologici successivi l'uno all'altro. Nel primo, che definiremmo pedagogico ed etico, si esaminano alcune motivazioni di facile presa e anche di pronta intuizione: l'oratoria decade per colpa delle scuole e dei maestri inadeguati e questa decadenza è specchio del declino della pubblica moralità. Cose vere e luoghi comuni, ad un tempo: parlano tutti, anche Vipstano Messalla, che con trovata inedita interviene a dibattito già avviato; anche Curiazio Materno, che però non scopre le sue carte fino in fondo riservando gli argomenti forti per quando gli altri interlocutori avranno usato i propri. Il secondo momento ideologico occupa tutto l'intervento finale di Curiazio Materno, col suo nocciolo duro nei capitoli compresi tra il 38 e il 40: attraverso di esso Tácito sposta il dibattito sul piano sociologico e politico. Le parole di Materno sono improntate ad equilibrio e dunque, nella loro oggettiva serenità, credibili e persuasive. Materno riconosce che l'eloquenza era un tempo stimolata dall'abitudine al foro in cui nessuno era costretto a concludere la sua arringa nel giro di poche ore, in cui non vi era limite ai rinvii, in cui ognuno dava la durata che voleva al suo discorso, in cui non si pretendeva di limitare il numero dei giorni e dei patroni. E, insomma, bisogna riconoscere che era necessario darsi delle regole. A questo ha provveduto Cn. Pompeo: ma le cause continuarono a venir trattate tutte nel foro, tutte in pieno regime di legalità, tutte davanti ai pretori (MAZZOCATO, 1995, p. 24-25).

Bornecque e Mornet (1976, p. 47), ao realizarem um breve comentário sobre leitura de Tácito a respeito da decadência da

oratória romana, no *Diálogo*, evidenciam que: "Tácito discerniu-as em profundidade como historiador e filósofo, não como retor; foi o primeiro a mostrar quanto o desenvolvimento dos gêneros depende da vida política e social." Tácito foi um historiador que viveu para a vida pública, e, sabendo que a oratória fazia parte da vida política, admirou-a profundamente. Quanto à concepção de Tácito a respeito de indivíduo e cidadão e suas relações com a vida pública, G. D. Leoni (1958, p. 109), ressalta que:

Indivíduo e cidadão são para Tácito os dois termos que constituem as bases da moral e da política: somente do perfeito indivíduo pode nascer o perfeito cidadão, que por sua vez constituirá o Estado perfeito. Para desenvolver tal concepção é natural que Tácito, como Quintiliano, volte-se para o passado, refletindo esse passado no presente; e assim coopera e tenta indicar quais seriam os caminhos para conseguir o ideal da liberdade republicana nos tempos imperiais.

Poullain (1964) acredita que o *Diálogo* foi escrito na juventude de Tácito, e que a obra tem como principal objetivo comparar os métodos da eloquência com os da poesia e estudar as causas do declínio da oratória. Ao realizar uma leitura sobre o *Diálogo*, Poullain (1964, p. 58-59), evidencia que:

Aper indaga-se de que se troque o Fórum pelas Mussas, como Materno. Consolações para o amor-próprio (um auditório pasmado!) ou da improvisação, um salto no desconhecido, riquezas, honras: o orador tem tudo isso: mas o poeta tem os seus bosques, responde Materno. Os caracteres sobressaem, ainda que Secundus não tenha a intensidade de vida de um Aper, agressivo e apaixonado: põe o mesmo calor na defesa dos modernos. Não aprecia Cícero, cita contra vontade os seus jogos de palavras ridículos: o culto cego dos antigos desespera-o. Precisa de belos ditos, concisos ou poéticos: 'a beleza não prejudica a eficácia'. Depois desta lição de Estética, é de Moral que trata Visptano Messala: 'outrora, uma mãe casta vigiava os seus filhos'. Hoje falam-lhe de corridas ou de teatro. Velho romano, Messala é também um ciceroniano puro, que quer para o orador uma 'ciência universal'. Entre os retóricos, os jovens ficam de lado e vegetam. Secundus é de espírito mais largo: a morre sem liberdade. O autor parece partilhar o ciceronismo de Messala (o estilo é periódico) e as idéias de Secundus.

De acordo com toda a discussão relatada acima, podemos perceber que essa pequena obra de Tácito é um documento importantíssimo para se estudar o funcionamento das instituições políticas romanas do Principado, bem como o desenvolvimento da vida pública, pois Tácito, ao apresentar a crise da arte de falar romana, revela as intrínsecas relações existentes entre política, educação, cidadania e o emprego da oratória na vida pública

REFERÊNCIAS

- ALFOLDY, Géza. **História social de Roma**. Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1989.
- BAILEY, Cyril. **El legado de Roma**. Tradução de A. J. Dorta. Madrid: Ediciones Pegaso, 1944.
- BARTHES, R. A retórica antiga. In: COHEN, J. et al. **Pesquisa de retórica**. Tradução de Leda P. M. Iruzum. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-168.
- BORNECQUE, Henri; MORNET, Daniel. **Roma e os romanos: literatura, história, antiguidades**. Edição revista e atualizada por A. Cordier e tradução de Alceu Dias de Lima. São Paulo: Edusp, 1976.
- CARCOPINO, Jérôme. **Roma no apogeu do Império**. Tradução de H. Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. **A literatura latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
- CICERÓN. **Oratoria**. Disponível em: <<http://sapiens.ya.com/jomicoe/oratoria.htm>>. Acesso em: out. 2004.
- CLARKE, M.L. Educação e retórica. In: BALSDON, J.P.V.D. (org.). **O mundo romano**. Tradução de Victor de Morais. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p.198-212.
- DESBORDES, Françoise. **Concepções sobre a escrita na Roma antiga**. Tradução de Fulvia M. L. Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.
- DUFF, Wight J. Introducción: Tácito. In: Tácito. **Obras completas**. Tradução de Corlos Coloma e Vicente Blanco García. Buenos Aires: Librería al Ateneo, 1952. p. 7-11. (Colección clásicos inoxidables).
- FIDALGO, António. **Definição de retórica e cultura grega**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-retorica-cultura-grega.html>>. Acesso em: out. 2004.
- FINLEY, Moses. **História antiga: testemunhos e modelos**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GIARDINA, Andrea (org.). **O homem romano**. Tradução de Maria Jorge de Figueredo. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- GRIMAL, Pierre. **O império romano**. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____. Introduction. In: TACITE. **Dialogues des orateurs**. Textes traduits, présentés et annotés par Pierre Grimal. Paris: Éditions Gallimard, NRF. 1990. (Bibliothèque de la Pléiade.) p. IX-XXXI.
- _____. **A civilização romana**. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. **A vida em Roma na Antiguidade**. Tradução de Victor Jaubouille, João Daniel Lourenço e Maria Cristina Pimentel. Lisboa: Europa-América, 1981.
- GUILLEN, Jose. **Vrbs Roma: vida y costumbres de los romanos, II La vida pública**. 4. ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1995.
- HARVEY, Paul. **Dicionário oxford de literatura clássica: grega e latina**. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: [s.n.], 1987.
- HUGHES-WARRINGTON, Marnei. **50 grandes pensadores da História**. Tradução de Beth Honorato. São Paulo: Contexto, 2002.
- LAMARRE, Clovis. **Histoire de la Littérature Latine: au temps d'Auguste**. Paris: Librairie Jules Lammarre, 1907. (Tome troisième).
- LEONI, G. D. **A Literatura de Roma: esboço histórico da cultura latina com uma antologia de trechos traduzidos**. 5. ed. São Paulo: Livraria Nobel, 1958. (Monumentvm Ære Perennivvs).
- MARROU, Henri Irénée. **História da educação na Antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. São Paulo: EPU, 1975.
- MAZZOCATO, Gian Domencio. Nota introduttiva. In: TACITO, Publio Cornelio. **La Germania, Vita di Giulio Agricola, Dialogo degli oratori**. Introduzione generale di Lidia Storoni Mazzolani. Cura e traduzione di Gian Domencio Mazzocato. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1995. p.17-26.
- MAZZOLANI, Lidia Storoni. Introduzione generale. In: TACITO, Publio Cornelio. **La Germania, Vita di Giulio Agricola, Dialogo degli oratori**. Introduzione generale di Lidia Storoni Mazzolani. Cura e traduzione di Gian Domencio Mazzocato. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1995. p. 7-13.
- MICHEL, A. Rhétorique et philosophie au second siècle après J.-C. In: **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt**. Berlin: Walter de Gruyter, 1993. v. II, n. 34. p. 3-78.
- PARATORE, Ettore. **História da Literatura latina**. Tradução de Manoel Losa. 13. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- PEREIRA, Maria Helena Rocha. **Estudos de História da cultura clássica: cultura romana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. v. 2.
- PÉREZ ROYO, M. C.; MORELI, L. R. Disponível em: <

www.culturaclassica.com/literatura/oratoria_romana.htm>. Acesso em: out. 2004.

PLEBE, Armando. **Breve História da retórica antiga**. Tradução de Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: USP, 1978.

POULLAIN, Philippe. **História breve da Literatura latina**. Lisboa: Editorial Verbo, 1964.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedette. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REQUEJO, J. M. Introducción general & Introducción. In: TÁCITO, Cornélio. **Diálogo sobre los oradores**. Tradução de J. M. Requejo. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1999. p. 7-40; 159-765.

SENGER, Jules. **A arte oratória**. Tradução de Carlos Ortiz. 2. ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1960.

SILVERA, Breno. Prefácio. In: TÁCITO. Anais. Tradução de J. L. de Carvalho. Rio de Janeiro: Jackson Editôres, 1964. p. 5 -24.

SOUZA, Antonio Cândido. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

TACITE, C. Dialogue des orateurse. In: **Œuvres complètes**. Textes traduits, présentés et annotés par Pierre Grimal. Belgique: Éditions Gallimard: 1990 (Bibliothèque de la Pléiade) p. 35-64; 828-838.

TRINGALI, Dante. **Introdução às Retóricas**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, 1984. (Cadernos de Teoria e crítica literária n. 14).

VENTURINI, R. L. B. **Relações de poder em Roma**: o patronato na correspondência pliniana. Tese (Doutorado). São Paulo: USP/ FFLCH, 2000.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: DUBY, Georges; ÁRIES, Philipe (dir). **História da vida privada**: Do Império Romano ao ano mil. Tradução de H Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 1. p. 19-224.